

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo***Desafio Tecnológico**

O processo de acelerada integração da economia mundial, que tem como maiores exemplos a cooperação entre grandes conglomerados, a formação de blocos de países, como a Europa Unida de 1º de janeiro de 1993, e a derrubada dos muros que separavam as economias de mercado daquelas de planejamento central, colocou o Brasil num dilema.

Conformar-se com a situação de país periférico, mantendo sua economia fechada e autárquica, porém distante dos avanços tecnológicos e dos ganhos de escala da internacionalização; ou aceitar os riscos inerentes ao processo de inserção no Primeiro Mundo, que implica completa liberdade de circulação de mercadorias, capitais e investimentos — eis a questão.

A sociedade brasileira fez nas urnas a escolha pela abertura da economia, contida no programa do candidato Fernando Collor de Mello. O atual governo está dando seguimento ao programa. A velha mentalidade do empresário brasileiro, de buscar abrigo sob o guarda-chuva da proteção do Estado, está emitindo sinais de perplexidade com a recente mudança na política nacional de informática.

O processo de internacionalização da economia brasileira não pode viver tergiversações, sob pena do fracasso, seja pela incapacidade empresarial de recuperar o atraso tecnológico em relação ao Primeiro Mundo, ou pelo próprio naufrágio prematuro da indústria nacional na exposição em campo aberto com o concorrente estrangeiro.

A abertura da economia deve ser feita com cuidado. Não se pode romper, de um dia para outro, barreiras tarifárias que tornavam inacessível o mercado interno para o similar estrangeiro. A revisão tarifária deve obedecer escala progressiva, sendo seguida por uma realística política cambial. A experiência da Argentina de Videla e Martinez de Hoz ainda está bem viva para levantar redobrados temores.

Os estudos do Banco Mundial, que motivaram a reforma estrutural agora aplicada à eco-

nomia brasileira, são bem claros ao pregar o gradualismo de três a cinco anos na abertura completa das barreiras cambiais e de comércio exterior. Nesse ponto, a posição do atual governo é arrojada, mantendo a necessária cautela e realismo.

Não se pode, contudo, premiar a ineficiência empresarial, nem a prática da cartelização de preços, através de argumentos como a defesa de maiores desvalorizações cambiais. Qualquer análise comparativa de custos aponta centenas de produtos brasileiros com preços acima das cotações do mercado internacional. Como os salários no Brasil são extremamente baixos, pode-se concluir com segurança que a sobrevalorização cambial não passa da tentativa de manutenção dos preços irrealis, no mercado interno, dos produtos *made in Brazil*.

O processo de internacionalização da economia brasileira precisa avançar com a capacitação tecnológica, para que a indústria nacional possa competir em igualdade de condições quando se completar a abertura das barreiras protecionistas em dois ou três anos. Não fazia sentido o tratamento privilegiado da indústria de informática, que mantinha reserva de mercado sem data para acabar e índices mínimos de nacionalização (70%) bem acima dos 51% da Constituição.

Ao fixar novembro de 1992 como a data do fim da reserva de informática (um mês antes da unificação da Europa) e ao ajustar os limites da participação do capital estrangeiro à norma constitucional, o governo lançou toda a indústria brasileira diante do seu maior desafio: investir para se modernizar, ou sucumbir no processo de abertura.

A economia é um processo darwiniano. A autarquização da economia brasileira, através de reservas como a da informática, poderia até preservar vários espécimes da fauna empresarial brasileira. Mas condenaria o consumidor nacional a viver definitivamente na Idade da Pedra.